

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

A PERDA FREQUENTE DE ESPECÍMES PRECIOSOS DA NOSSA JOALHARIA ARCAICA.

CARDOSO, Mário

Ano: 1965 | Número: 75

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, A perda frequente de espécimes preciosos da nossa joalheria arcaica. *Revista de Guimarães*, 75 Jan.-Dez. 1965, p. 153-168.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A perda frequente de espécimes preciosos da nossa joalheria arcaica

Por MÁRIO CARDOZO

Director do Museu de «Martins Sarmento»
(Guimarães).

Há 35 anos, publicámos na Revista intitulada NÓS, que o Seminário de Estudos Galegos, de Santiago de Compostela, então editava, o nosso primeiro artigo sobre «Jóias arcaicas encontradas em Portugal» ⁽¹⁾, que pretendíamos fosse um inventário geral dos exemplares da nossa rica e interessantíssima joalheria pré- e proto-histórica, até essa data achados em Portugal.

Infelizmente, não conseguimos então realizar um trabalho exaustivo e completo como desejávamos, porque deparámos, da parte de alguns dos possuidores dessas jóias, com evasivas e resistências em nos facultarem o seu estudo e autorizarem a publicação, ciosos, uns, de chamarem a si a prioridade de darem conhecimento desses espécimes inéditos (preocupação aliás absolutamente justa, se chegassem a publicar tais notícias, o que afinal poucos fizeram); outros, porque tivessem talvez adquirido essas preciosidades de forma menos lícita, da mão de indivíduos boçais, geralmente campónios ou operários, seus detentores, ignorantes do valor desses achados fortuitos, obtidos e sonogados durante qualquer escavação ou simples remoção de terras; finalmente, ainda outros, receosos de que o Estado, tomando conhecimento da

(1) Mário Cardozo, «Jóias arcaicas encontradas em Portugal», *Nós*, A Cruña, 1930, 37 pp., 1 est. e 5 grav.

existência desses exemplares notáveis, procedesse ao seu arrolamento, como antiguidades de interesse nacional, conforme de facto a lei dispõe, a fim de se evitar o seu descaminho ou venda para um país estrangeiro (2), ficando-lhes desse modo coartada a liberdade de poderem dispor dessas peças a seu bel prazer.

Contudo, apesar de o nosso trabalho ter vindo a lume incompleto, devido a estes obstáculos (e basta apenas citar, por exemplo, o Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcelos, onde se encontram guardadas numerosas destas peças inéditas, totalmente desconhecidas de muitos estudiosos) esse opúsculo mereceu, numa recensão bibliográfica dada na «Revue Archéologique» (3) pelo arqueólogo e crítico de Arte Prof. Salomon Reinach, então Conservador-chefe do Museu francês de Antiguidades Nacionais, de Saint-Germain-en-Laye, a classificação de «très remarquable mémoire, parfaitement informé», elogio que evidentemente se não dirigia à categoria científica do autor, que era, e continua sendo, um simples diletante vulgarizador de estudos arqueológicos, mas pela importância do assunto dado a conhecer nesse breve inventário de preciosos espécimes de uma das nossas velhas artes menores.

Naquele tempo a nossa joalheria antiga, áurea ou argêntea, pode dizer-se que estava quase totalmente ignorada dos investigadores nacionais; apenas um ou outro exemplar tinha merecido vaga referência em qualquer notícia sumária, publicada principalmente na série de «O Archeologo Português» (4). E todavia este ramo da

(2) Sobre a inventariação de móveis ou imóveis de valor artístico, histórico, arqueológico ou numismático, e sobre a proibição de saída do País de objectos móveis dessa natureza, são perfeitamente claros e explícitos os artigos 2.º e 7.º do Decreto 20.985, de 7 de Março de 1932, publicado no «Diário do Governo» n.º 56 (1.ª série), da mesma data. As alienações praticadas contra as disposições deste decreto são consideradas nulas, e os infractores punidos com pena de multa igual a três vezes o valor da cousa alienada (art.º 8.º).

(3) *Revue Archéologique*, Paris 1930, tomo XXXII, pp. 198-199.

(4) Exemplos de vagas e imprecisas notícias sobre jóias antigas dadas em *O Arch. Port.*, que não facultam elementos suficientes para a sua classificação, apontamos na nota 1 de p. 31 do nosso opúsculo sobre «Jóias arcaicas», cit. Nessa ocasião o Dr. Leite de Vasconcelos escreveu-nos uma carta a justificar essas deficiências,

Arqueologia artística constitui, quanto a nós, para qualquer investigador, um dos mais aliciantes estudos das nossas antiguidades, de manifesta importância para o conhecimento de uma notável e interessante actividade industrial pré-romana, como foi esta do trabalho do ouro, então largamente explorado, especialmente no norte do país.

Após a publicação em 1930 daquele nosso ensaio de inventariação, alguns trabalhos meritórios sobre joalheria primitiva começaram então a aparecer, subscritos por investigadores, tanto nacionais como espanhóis ⁽⁵⁾, e nós próprios demos a conhecer novas notícias acerca

na qual, referindo-se ao nosso trabalho, dizia: «...o seu opúsculo das Jóias arcaicas constitui valiosa contribuição para o conhecimento das nossas antiguidades e etnologia. V... rodeou-se de toda a necessária documentação nacional e estrangeira, e tirou deduções gerais muito dignas de toda a atenção». Mais tarde, publicámos esta carta do saudoso e eminente Professor, com considerações muito curiosas, num artigo que intitulámos «Uma interessante carta do Professor Leite de Vasconcelos, a propósito das jóias inéditas arcaicas do Museu Etnológico», que inserimos no Vol. VIII da Rev. *Arqueologia e História*. (Lisboa 1958, pp. 103-110), comemorativo do centenário do nascimento do sábio fundador daquele Museu.

⁽⁵⁾ São hoje numerosíssimos e importantes, tanto na bibliografia portuguesa como espanhola, os estudos publicados sobre a joalheria primitiva da Península Hispânica. Talvez um dia nos detenhamos a dar a lume toda essa bibliografia, que poderá constituir um bom auxiliar de trabalho dos que se dediquem a este ramo da arqueologia artística. Em Espanha entre os que mais se consagraram a esta ordem de estudos cumpre destacar por exemplo, Florentino Cuevillas (*Las joyas castreñas*, Madrid, 1951), A. Blanco («Orígenes y relaciones de la orfebrería castreña», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Madrid 1957, tomo 12), L. Monteagudo («Orfebrería del NW Hispanico en la Edad del Bronce», *Archivo Español de Arqueología*, Madrid 1953, vol. XXVI, pp. 269 ss.), M. Gomez-Moreno, («Oro en España», *Archivo Español de Arqueología*, Vol. XIV, Madrid 1940-41, pp. 461 ss.), H. Quiring («El laboreo de las minas de oro por los romanos en la Península Ibérica y las arrugias de Plinio» *Investigación y Progreso*, Madrid 1933, pp. 6 ss.). E muitos outros. Isto como trabalhos de índole geral, porque estudos relativos a determinadas peças isoladas ou constituindo tesouros são numerosos: podemos citar por exemplo, E. Kukahn e A. Blanco, «El tesoro de El Carambolo», *Arq. Esp. de Arqueología*, Madrid 1959, vol. XXXII, pp. 38 ss.; Concepcion Blanco de Torrecillas, «El tesoro del Cortijo de Evora (Sanlucar de Barrameda)», Madrid 1959, vol. XXXII, pp. 50 ss.; José Maria Soler García, «El tesoro de Villena», *Memória n.º 36 de Excavaciones Arq. en España*, Madrid 1965; F. Bouza-Brey, «Inventario de objectos prehistoricos del tesoro de Caldas de Reyes», *Assoc. Port. para o Progreso das Ciencias*, 4.º Congresso,

de importantes achados no nosso país (6). Deste modo, aquela relação que há mais de três décadas publicámos e saiu incompleta poder-se-ia hoje aumentar e enriquecer extraordinariamente, a tal ponto que uma nova edição, documentada agora com boas fotogravuras e algumas tricromias, acompanhada de um texto sumário e preciso das características essenciais de cada um dos exemplares, e estes dispostos e agrupados segundo a sua cronologia, constituiria, sem dúvida alguma, um sucesso de bibliografia científica e artística, que podia ser um album monumental no género de certas publicações modernas italianas, como por exemplo a «Oreficerie Antiche», de Giovanni Becatti, ou «Ori e argenti dell'Italia Antica», de Carlo Carducci (7). A nossa remota e original colecção de joalharia, reunida assim num catálogo de apresentação modelar, honraria os prelos portugueses e a Arqueologia nacional, ou melhor ainda — a

Porto, 1943, tomo VIII, pp. 151 ss., com bibliografia. E ainda, entre os autores que escreveram sobre joalharia hispânica, é justo lembrar os nomes de Filgueira Valverde, San Valero Aparisi, Juan Cabré, Fernandez Oxea, Alvarez-Ossório, Maluquer de Motes, Lorenzo Fernandez, e muitos outros.

Em Portugal publicaram bons trabalhos o falecido P. Eugénio Jalhay, Leite de Vasconcelos, Vergílio Correia, Manuel Heleno, Ricardo Severo, Afonso do Paço, Veiga Ferreira, Carlos Teixeira, Luís Chaves, José Fortes, e outros.

(6) A nossa bibliografia pessoal sobre joalharia primitiva até 1957 (13 estudos) indicámo-la no trabalho «Das origens e técnica do trabalho do ouro e sua relação com a joalharia arcaica peninsular», sep. da *Revista de Guimarães*, Vol. LXVII. Desde esse ano até hoje publicámos mais os seguintes trabalhos:

«Notícia de uma jóia antiga adquirida pelo Museu de Martins Sarmento» *Rev. de Guimarães*, Vol. LXVII, 1957.

«Joalharia Portuguesa arcaica», Comunicação ao I Congresso Nac. de Arq., Lisboa 1958.

«Um novo achado em Portugal de jóias de ouro proto-históricas», *Rev. de Guimarães*, Vol. LXIX, 1959.

«Joalharia lusitana», *Conimbriga*, Coimbra, 1959.

«Sobre a forma de usar certas arrecadas proto-históricas (Rectificação etnográfica)», *Boletín de la Com. Prov. de Mon. Hist. y Artísticos de Orense*, tomo XX, Orense, 1959-60.

«Pedras de anéis romanos encontradas em Portugal», *Rev. de Guimarães*, Vol. LXXII, 1962.

(7) Giovanni Becatti, *Oreficerie antiche dalle Minoiche alle Barbariche*, Ed. do «Istituto Poligrafico dello Stato», Roma, 1955.

Carlo Carducci, *Ori e argenti dell'Italia antica*, «Silvana» Editore d'Arte, Milano 1962.

Arqueologia peninsular, porque o estudo das nossas jóias é inseparável de um estudo comparativo de jóias similares aparecidas em território espanhol, especialmente na Galiza. Do valor de uma obra desta natureza aproveitaria também a própria Arqueologia extra-peninsular, visto que muitos dos nossos especímenes revelam analogias e marcadas influências das culturas mediterrânea e centro-europeia, relativas às épocas do Bronze, Hallstatt e La Tène ⁽⁸⁾.

Nesses moldes, ou mesmo numa edição menos luxuosa mas bem cuidada, a publicação do inventário da nossa sumptuosa joalheria arcaica impõe-se necessariamente, não só para dar a conhecer ao mundo culto e científico preciosos elementos de estudo, que é absolutamente lamentável continuarem ignorados dos investigadores ou vedados à sua observação, como também, por outro lado, a divulgação da existência desses valiosos objectos provocando o seu arrolamento oficial e o conhecimento dos nomes dos seus proprietários, evitaria por certo, se não totalmente, pelo menos em grande parte, o extravio de muitos desses exemplares, ou a sua fuga para o estrangeiro, onde são adquiridos e pagos pelos museus ou coleccionadores particulares por preços que nunca em Portugal tais objectos chegam a atingir.

A nossa legislação protectora do património arqueológico e artístico nacional ⁽⁹⁾ preve o arrolamento dessas preciosidades, casualmente exumadas do solo com notável frequência ⁽¹⁰⁾ (e que, na maioria dos casos, levam ime-

⁽⁸⁾ Vide nota 5, especialmente o trabalho de António Blanco aí citado.

⁽⁹⁾ Vide nota 2. Veja-se igualmente, na parte respeitante a este assunto, o decreto publicado no «Diário do Governo, 1.^a série, n.º 114, de 22 de Maio do corrente ano, que reforma a Junta Nacional de Educação.

⁽¹⁰⁾ O achado mais recente de que temos conhecimento foi o de um magnífico torques de ouro encontrado em Abril do corrente ano numa propriedade rústica, situada no sopé do Santuário da Assunção, termo de Vilas Boas do concelho de Vila Flor, (Trás-os-Montes) pertencente a Reinaldo José Dionísio, funcionário da Casa Pia de Lisboa. É uma peça riquíssima, de excepcional valor, decorada com trabalhos de filigrana, de certo modo comparáveis aos dos torques há anos aparecidos no castro da S.^a do Pilar, da Póvoa de Lanhoso, estudados por Carlos Teixeira («Os torques do Castro de Lanhoso», *Anais da Fac. de Cienc. do Porto*, Porto, 1939,

diato descaminho ou são bárbaramente desfeitas nos cadinhos de fundição das oficinas de ourivesaria), mas não é suficiente para evitar por completo o extravio de muitos desses objectos, porque, ainda que inventariados e os seus detentores considerados responsáveis pela sua conservação, estes têm sempre meios de alijar a sua responsabilidade ou de sofismar a lei, ocultando a venda ilícita das jóias que possuíam, e alegando, mais tarde, que lhas roubaram, ou usando de qualquer outro estratagemas para encobrirem a sua culpabilidade.

De há muito que mantemos a opinião de que, imediatamente após o achado ocasional de qualquer objecto desta natureza, devia ele ser expropriado pelo Estado, por utilidade pública, sem considerarmos tal atitude repudiável ou atentória dos direitos de propriedade. E, seguidamente a uma avaliação por peritos, seriam o proprietário e o achador devidamente indemnizados e a peça daria entrada num museu público (11).

tomo XXIV). Do achado de Vila Flor deram conhecimento em 22 de Maio o Sr. João Saavedra Machado numa comunicação apresentada ao Instituto Port. de Arq., Hist. e Etnografia (Vide «O torques de ouro de Vilas Boas de Trás-os-Montes», Sep. da Rev. *Ethnos*, vol. IV, 1965), e posteriormente os Srs. Profs. Santos Júnior e Osvaldo Freire numa comunicação apresentada ao IV Colóquio Portuense de Arqueologia, que teve lugar de 4 a 6 de Junho e que publicaram na *Revista de Guimarães*, vol. LXXV, 1965, p. 137 ss. Oxalá que esta magnífica jóia não leve o destino de tantas outras, em prejuízo do património artístico nacional.

(11) As disposições acerca de achados desta natureza estão especialmente reguladas pelos artigos 402, 407, 422, 424 e 427 do Código Civil Português. A legislação referente à defesa do nosso património arqueológico e artístico encontra-se especificada nos seguintes decretos e leis: Decr. n.º 20.985 de 7-3-1932, completado pelo Decr. n.º 21.117 de 18-4-1932; Decr. n.º 23.125, que cria a Junta Nac. de Escavações e Antiguidades; Decr. n.º 26.611 de 19-5-1936 que cria a Junta Nacional de Educação, na qual ficou integrada a Subsecção de Antiguidades, Escavações e Numismática (2.ª Subsecção da 6.ª Secção), agora revogado e substituído pelo decr. n.º 46.348, de 22-5-1965; Lei n.º 2.032 de 11-6-1949, que regula a intervenção das Câmaras Municipais na protecção e conservação dos nossos valores arqueológicos e artísticos; Lei n.º 2.065 de 25-6-1953, que altera o art.º 5.º do Decr. n.º 38.906; Despacho do Subsecretário de Estado da Educação Nacional que regula a colaboração dos professores do ensino primário na defesa do património arqueológico e artístico da Nação. Além destas disposições legais, têm também marcada acção e interferência nesta defesa o Instituto de

Vem todas estas considerações a propósito de mais um lamentável caso ocorrido no ano findo, relativo ao êxodo para Inglaterra de dois preciosos torques de ouro, que tudo leva a supor procedentes de Portugal (Est. I e II). Foram parar ao British Museum, de Londres, onde actualmente fazem companhia à célebre xorca de Sintra, que também ali deu entrada em 1902 (Est. IV), porque, nessa ocasião, não houve entre nós quem pagasse tão magnífica jóia pela exígua quantia de 2.000 escudos, preço pelo qual o seu possuidor a vendeu, nem tão pouco existia então em Portugal qualquer lei de protecção do nosso património arqueológico, que impedisse a saída do país de uma preciosidade desta ordem ⁽¹²⁾. Destino idêntico tiveram o magnífico colar de Portel (Évora) (Est. V), hoje no Museu de Saint-Germain-en-Laye ⁽¹³⁾, o bracelete de Estremoz ⁽¹⁴⁾ (Est. VI) e o tesouro de Chão de Lamas ⁽¹⁵⁾, no Museu Arqueológico Nacional de Madrid (Est. VII). E quantas outras das nossas mais preciosas jóias

Alta Cultura, e as Direcções Gerais do Ensino Superior e das Belas Artes, e dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Isto não falando já da benemérita acção de instituições particulares, como a Fundação Calouste Gulbenkian, que ainda há pouco tempo criou um prémio de 30.000 escudos para o melhor trabalho publicado durante o ano sobre arqueologia nacional. Não devemos esquecer também a Portaria n.º 17.812, publicada no «Diário do Governo» n.º 159, 1.ª série, de 11-7-1960 que regula a acção dos chamados «campos de trabalho» de Arqueologia. Como se vê, as leis de protecção do nosso património arqueológico não faltam; o que falta é quem as cumpra e quem as faça cumprir.

⁽¹²⁾ Vide M. Cardozo, «Jóias arcaicas» cit., p. 26, nota 3, e a bibliografia correspondente, em p. 34; do mesmo autor, vide «Das origens e técnica do trabalho do ouro» cit., p. 29.

⁽¹³⁾ Vide M. Cardozo, obras citadas na nota anterior.

⁽¹⁴⁾ Vide M. Cardozo, «Joalheria Lusitana», cit. na nota 6.

⁽¹⁵⁾ Juan Cabré Aguiló, *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, Madrid, 1927, vol. VI, pp. 263 ss. Parece que valeria a pena tentar por via diplomática fazer regressar ao nosso país essas preciosidades que ilicitamente foram exportadas de Portugal, tal como a Espanha conseguiu em 1941 o ingresso no Museu do Prado da famosa «Dama de Elche», até então no Louvre, e de várias outras peças espanholas que tinham ido parar àquele Museu francês, como o magnífico diadema de Ribadeo e outras antiguidades. Em justa compensação a Espanha entregou ao Governo francês, como troca, determinadas obras de arte francesa que o país vizinho possuía. (Vide António Garcia y Bellido, *La dama de Elche y el conjunto de piezas arqueológicas reingresadas en España en 1941*, Madrid 1943).

antigas levaram descaminho, ignorando-se hoje totalmente o seu paradeiro! (16). Por vezes estes objectos de valor inapreciável perdem-se por mero desleixo de um ou outro responsável dos nossos museus, que, ao tomar conhecimento do achado, não intervém logo junto das entidades superiores com a solicitude necessária para que a sua aquisição pelo Estado seja um facto. Também muitos concelhos não possuem delegados da Junta Nacional de Educação, não existindo portanto quem intervenha oficialmente na salvaguarda de qualquer objecto de valor arqueológico ali aparecido. A ausência de museus concehios contribui por sua vez para a falta de estímulo e respeito pela conservação das antiguidades (17).

(16) No nosso opúsculo «Jóias arcaicas», demos notícia (pp. 33 e 36) de nada menos de 13 exemplares desaparecidos, e dos quais só restam hoje referências bibliográficas. Entre essas jóias que levaram descaminho é de salientar o colar aparecido em Penela, que pertenceu à colecção particular de D. Fernando, consorte da Rainha D. Maria II, e que foi roubado do Palácio das Necessidades, durante a revolução de Outubro de 1910 (Vide M. Cardozo, «Jóias arcaicas» cit., p. 27, nota 2).

(17) Temos feito o possível por salvar diversas jóias de um provável extravio e alguns bons resultados temos obtido. Assim, por nossa iniciativa foi possível a entrada no tesouro do Museu Etnológico de Belém das seguintes jóias antigas: uma *lúnula* preciosa encontrada em Cabeceiras de Basto e que por muitos anos esteve na posse de um conhecido antiquário de Viana do Castelo, Serafim Neves, já falecido (Vide M. Cardozo, «Jóias arcaicas» cit. pp. 5 ss.); uma *bráctea* de ouro encontrada em Ninho do Açor (Castelo Branco) (Vide L. Pinto Garcia, «Uma peça de joalheria arcaica», *Rev. de Guimarães*, 1953, vol. LXIII, pp. 178 ss.; e nota 1 de p. 27 do nosso estudo «Das origens e técnica do trabalho do ouro», cit.); três belos *torques* encontrados em Paradela do Rio (M. Cardozo, «Um novo achado em Portugal de jóias de ouro...», cit. na nota 6). Igualmente demos conhecimento superior de outros achados, que ignoramos se chegaram a entrar em qualquer museu público: uma pulseira e uma cadeia de fio de ouro aparecidas em terreno do Esquadrão de Cavalaria, de Chaves (M. Cardozo, «Novo achado de jóias pré-romanas», *Rev. de Guimarães*, 1944, vol. LIV, pp. 19 ss.); uma pulseira preciosa, na posse de um ourives da Póvoa de Varzim (M. Cardozo, «Joalheria lusitana», *Conimbriga* Coimbra, 1959, vol. I) do mesmo tipo do bracelete de Estremoz (v. nota 14) e de uma série deles aparecidos em 1963, no tesouro de Villena (v. nota 5); o remate ou cabeça de um *torques* (M. Cardozo, «Antiguidades transmontanas: I — Fragmento de um *torques*», *Rev. de Guimarães*, Vol. LIII, pp. 109-112); uma cadeia de hélices de ouro, na posse da Câmara Municipal de Barcelos (M. Cardozo, «Mais uma achega para o estudo da joalheria pré-histórica portuguesa», *Boletim do Grupo Alcaides de*

Ora os torques de ouro a que atrás aludimos, e que são agora propriedade do Museu Britânico, constituem o assunto principal desta comunicação. Tomámos conhecimento do facto porque foram recentemente publicados no tomo da Revista «Ampurias», de Barcelona, referente ao ano de 1962 ⁽¹⁸⁾, num artigo firmado pela arqueóloga Maria José Almagro Gorbea, documentado com as gravuras das duas peças, que nos permitimos reproduzir aqui (Est. I e II). Acerca da procedência destas jóias, a autora do artigo diz apenas o seguinte:

«Sólo logramos averiguar sobre su origen que fueron vendidas en Londres en una subasta y adquiridas por el British Museum el 11 de abril de 1960. En el registro inventario de este museo figuran como procedentes de la conocida casa de antigüedades Sotheby's & Co., de Londres».

E, mais abaixo, acrescenta:

«...hemos intentado indagar más sobre el origen y procedencia de estos ricos objetos. Tan sólo podemos asegurar que provienen de un lugar cercano a la frontera hispano-portuguesa y que anteriormente habían pertenecido a don Fernando Bastos, pero nos fue imposible conocer más detalles ni sobre las circunstancias y lugar exacto del hallazgo, ni tampoco pudieron darnos referencias sobre el citado vendedor inicial de las piezas al comercio de antigüedades de Londres.»

Deste trecho parece ressaltar certo cuidado que tenha havido de encobrir a identidade da pessoa que efectuou o

Faria, Barcelos 1950); duas belas arrecadas (M. Cardozo, «Notícia de duas novas arrecadas de ouro antigas», *Rev. de Guimarães*, 1956, vol. LXVI, pp. 449 ss.) Também ignoramos onde param hoje os torques aparecidos no Castro da Póvoa de Lanhoso, a que nos referimos na nota 10, e que por muito tempo estiveram arrecadados na Câmara Municipal daquela vila, e mais tarde vimos expostos em Braga, no Museu de D. Diogo de Sousa, mas supomos que a título precário. Também há anos em Guimarães foram parar a um ourives diversas jóias de ouro aparecidas no lugar da Cantonha, freguesia da Costa. Não foi possível salva-las porque as autoridades locais não actuaram com a suficiente energia. Desse conjunto existe apenas uma pulseira que o Sr. Dr. Manuel Heleno adquiriu mais tarde num ourives da cidade do Porto (Est. VIII, n.º 2).

⁽¹⁸⁾ *Ampurias*, Barcelona, Vol. XXIV, 1962, pp. 196-201, «Dos nuevos torques de oro, de tipo gallego ingresados en el Museo Británico», por Maria José Almagro Gorbea.

negócio, como quase sempre acontece em circunstâncias idênticas de transacção, muitas vezes ilícita, por parte dos proprietários de objectos desta natureza.

Que esses torques são de típica procedência peninsular, designadamente da Galiza, ou do norte de Portugal, não oferece a menor dúvida a quem conhece a tipologia de tantos outros exemplares do mesmo género aparecidos precisamente no Noroeste da Península, na região da chamada «Cultura dos castros». Mas, teriam estes torques aparecido em Portugal ou em Espanha, visto que «un lugar cercano a la frontera hispano-portuguesa» tanto pode ser de Portugal como do país vizinho? Se os torques haviam pertencido a um tal «Fernando Bastos», nome que tanto pode ser verdadeiro como até suposto, mas que parece ser formado de antropónimos portugueses, de crer é que naturalmente o achado tivesse ocorrido em Portugal.

Há, porém, outro indício mais forte que nos leva a supor que estas jóias tivessem saído do nosso país: é que, em Dezembro de 1941, apareceu na Veiga de Chaves um torque de ouro (Est. III), cuja forma e ornamentação, são *exactamente* iguais às de um dos que agora figuram no Museu Britânico e aqui reproduzimos. Ora, se não se trata do mesmo exemplar de que demos notícia num artigo que em 1942 inserimos nos «Anais da Faculdade de Ciências do Porto» ⁽¹⁹⁾, nesse caso o exemplar do Museu Britânico saiu, quanto a nós sem a menor dúvida, das mãos do mesmo aurífice que há mais de vinte séculos trabalhou também aquele outro torque aparecido há 24 anos na Veiga de Chaves, tão flagrante é a semelhança entre essas supostas duas peças.

Recordemos a curiosa história do achado flaviense. Em 24 de Janeiro de 1942, o diário portuense «O Primeiro de Janeiro» inseria a seguinte notícia ⁽²⁰⁾:

«Em Codeçais, nas redondezas de Chaves, numa propriedade pertencente ao Sr. João Pedro, o jornaleiro Manuel Marinheiro quando, possivelmente, pesquisava volfrâmio,

⁽¹⁹⁾ M. Cardozo, «Uma notável peça de joalheria primitiva». *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Porto, 1942, tomo XXVII,

⁽²⁰⁾ *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 24-1-1942, «Perto de Chaves, ao pesquisar-se volfrâmio, encontrou-se um... «filão» de ouro». Notícia anónima, da Redacção).

achou envolvido num monte de terra, um colar metálico, com bastante pátina e ao qual, a princípio, não atribuiu qualquer valor.

O jornaleiro chegou a oferecê-lo à venda por 10 escudos e como não o quisessem foi ter com o proprietário da quinta e comunicou-lhe o facto. O Sr. João Pedro aconselhou-o, então, a ir ao estabelecimento de ourivesaria de José Simões Cruz, situado na rua da Ponte, e aqui o jornaleiro soube que o objecto era de ouro. Procurando negociá-lo foi-lhe atribuído o valor de 700 escudos. Ao participar o valor do colar ao patrão, informou-o que «aquilo» não dava mais de 20 escudos!...

O Sr. João Pedro, estranhando que se o colar fosse de latão não daria tanto dinheiro, fez investigação por conta própria e ao cabo duma série de conversas, não houve outra solução senão recorrer à polícia.

O delegado policial interveio também, e o objecto foi apreendido, verificando-se então que pesava 209 gramas e valia cerca de 4.500 escudos.

Como se desconhecesse a pessoa que o havia perdido (*sic*), o delegado policial determinou que o dinheiro proveniente da venda do colar fosse distribuído em três partes: uma, para o proprietário da quinta; outra, para o jornaleiro e a terceira para a Creche de Chaves, prestigiosa instituição que vive sob a protecção daquela autoridade e que tão relevantes serviços tem prestado às crianças pobres daquela cidade.

Em volta deste achado bordaram-se os mais variados comentários e o povo, dando margem à fantasia, historiou logo o facto, não faltando quem afirmasse que há mais de cem anos uma quadrilha de gatunos assaltara naquele concelho uma riquíssima casa solarenga, roubando preciosos objectos de outro e prata que, possivelmente, foram ali enterrados.»

Curiosa descrição, até pela arbitrária sentença da autoridade local ⁽²¹⁾, a ninguém tendo ocorrido infelizmente que aquele objecto, em vez de ficar na posse do

(21) Sentença arbitrária porque o Código Civil é expresso nos seus artigos 422, 424 e 427 quanto à distribuição da quantia resultante do valor atribuído ao objecto achado: se o dono do objecto achado for conhecido, esse objecto ser-lhe-á restituído; se o dono for desconhecido e as características do objecto revelarem que ele foi perdido há mais de 30 anos, ficará pertencendo ao dono do terreno, caso por este tenha sido achado; se achado por outrem, pertencerão dois terços ao dono do prédio e um terço ao achador; neste último caso, se o achador tentar sonegar o achado com prejuízo do dono do terreno, perderá o direito à parte que lhe tocava, que reverterá, de facto, em benefício de algum estabelecimento de beneficência pública. Ora no caso de Chaves, a polícia prejudicou o dono do terreno, que tinha direito a receber duas partes e recebeu apenas uma; e beneficiou o achador que não tinha direito a receber quantia

ourives Cruz deveria dar entrada num museu público, talvez porque à data do acontecimento a cidade de Chaves o não possuía ⁽²²⁾.

Ora como naquela ocasião prestávamos serviço militar no Batalhão de Caçadores de Chaves e residíamos portanto naquela cidade, diligenciámos, depois de termos conhecimento do achado e da infeliz resolução tomada pela polícia, convencer o ourives Cruz a vender a jóia ao Museu Etnológico de Lisboa, único talvez dos nossos museus de Arqueologia então com probabilidades de poder dispor da verba necessária para a aquisição dessa bela peça ⁽²³⁾. O ourives, porém, cauteloso e naturalmente informado do alto valor estimativo do torques, recusou-se à tran-

alguma e foi-lhe dada uma parte, apesar de ter tentado prejudicar o dono do terreno onde se deu o achado, chamando ao seu bolso todo o dinheiro que inicialmente o ourives oferecia pelo torques, que era de 700 escudos. Por sua vez, o ourives também deveria ser desapossado da jóia e até processado, porque tentara ludibriar o cliente, pagando por 700 escudos um objecto que, só em peso de ouro, foi depois avaliado em 4.500 escudos. Esta é uma história que quase sempre se repete quando um indivíduo boçal vai vender um objecto, de reconhecido valor pela sua antiguidade e raridade, a um indivíduo mais esperto do que o vendedor.

⁽²²⁾ Existiu em Chaves um pequeno Museu de Arqueologia e Etnografia que estava provisoriamente instalado na igreja devoluta do extinto convento da Senhora da Conceição. Essa igreja foi mandada demolir em 1941 pela Câmara Municipal para no mesmo lugar se edificar uma das alas do moderno liceu. E o museu acabou, dispersaram-se os objectos que ele continha, que voltaram à posse dos seus oferentes, tendo sido também recolhidos alguns desses objectos na Biblioteca Municipal, e as inscrições lapidares num terreno anexo ao antigo liceu. Supomos que não mais tornou a ser organizado (Vide M. Cardozo, prefácio de *Algumas inscrições lusitano-romanas da região de Chaves*, Chaves, 1943, e *O Museu Municipal de Chaves*, no «Anuário de Chaves», 1950.

⁽²³⁾ O belo tesouro do Museu Etnológico tem-nos merecido o interesse de contribuirmos para o seu enriquecimento, sempre que se nos oferecem ocasiões de lhe poder prestar esses serviços (vide nota 17), porque sendo essa a maior colecção de jóias antigas existentes no país, é preferível tentar drenar para ali os achados que vão ocorrendo, do que estes objectos ficarem dispersos por pequenos museus de província, sem condições de segurança, ou por coleccionadores particulares, em risco de se perderem. Pena é que o primeiro museu arqueológico nacional, que aliás bem precisa também de uma instalação condigna com os valores que possui, não tenha ainda organizado o catálogo das suas colecções e designadamente da sua magnífica colecção de joalheria primitiva.

sacção, alegando que tinha muito gosto em possuir aquela jóia, apesar de ser um leigo nestes testemunhos arqueológicos do nosso remoto passado.

Baldado o nosso esforço em preservar aquele formoso espécime de um possível futuro extravio, demos conhecimento à Junta Nacional de Educação do valioso achado, para que, nos termos da legislação em vigor, o ourives Cruz ficasse impedido de o alienar ou promover a sua saída para fora do país, sem a prévia autorização do Ministério da Educação Nacional. Obtido da entidade superior competente o despacho nesse sentido, com data de 15 de Maio de 1942, foi este mais tarde publicado no «Diário do Governo», 2.^a série, n.º 38 de 16 de Fevereiro de 1944, documentado com uma gravura, a pág. 976, reproduzindo um desenho que elaborámos, para melhor identificação do referido torques. Eis transcrito na íntegra esse despacho:

«Para os devidos efeitos se declara que, por despacho de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, de 15 de Maio de 1942, foi mandado inventariar, nos termos dos artigos 1.º a 9.º do decreto 20.985, de 7 de Março de 1932, um torques, que a seguir se identifica:

Torques de ouro, aparecido em Dezembro de 1941, no lugar de Codeçais, freguesia de Santo Estevão de Faiões, a 5 quilómetros de Chaves, no limite nascente da veiga flaviense.

Foi encontrado casualmente por um cavador, de nome Manuel Marinheiro, quando andava a trabalhar na cava de uma vinha do proprietário João Pedro. Pesa 212,2 gramas.

É constituído por uma liga de ouro e prata, que pelo simples exame visual, acusa 700 milésimos.

Características morfológicas. — Torques ou colar rígido com o aro circular, maciço, trabalhado por martelagem, de secção quadrangular e com aumento de espessura no meio e na inserção dos remates ou cabeças. Os remates das extremidades do aro são ocos e do grupo classificado «em duplo tronco de cone»; porém, neste exemplar, as superfícies dos pretensos troncos de cone são de tal modo côncavas que, com mais propriedade, se poderá considerar cada remate constituído por uma dupla escócia ou por dois parabolóides de revolução.

A face plana circular das extremidades dos remates é ornamentada com uma estrela de seis raios ou rosácea sexfólia, tendo no centro e na ponta de cada uma das folhas uma esferazinha. As extremidades destas folhas são por sua vez ligadas entre si por outras tantas folhas dispostas circularmente. Este desenho, obtido por um

conjunto de linhas curvas formadas de pequeninas esferas em série, é praticado por estampagem, por meio de um fino punção ou matriz, certamente de ferro. O desenho e a técnica deste ornato são notavelmente semelhantes aos que apresenta a cabeça do fragmento de outro torques, aparecido em Lebução, concelho de Valpaços, localidade não longe de Chaves, peça que foi estudada por Ricardo Severo na Revista «Portugália». (24).

O fabrico da peça revela o conhecimento do processo de soldadura, a prática de uma técnica segura, o uso do compasso, etc.

Cronologia. — É uma jóia característica da região do Noroeste da Península, da época proto-histórica, de tradição pré-romana e de influência céltica. Deve integrar-se na cultura dos castros e remontar ao início da era de Cristo.

É actualmente seu detentor o ourives José Simões Cruz, natural de Chaves, residente na mesma cidade. Nos termos do artigo 7.º do referido decreto n.º 20.985, a citada peça não poderá ser alienada ou enviada para fora do País, sem prévia autorização do Ministério da Educação Nacional.

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1 de Fevereiro de 1944. — O Director Geral, João Alexandre Ferreira de Almeida.»

Mutatis mutandis, esta descrição exarada no «Diário do Governo» em 1944 pode considerar-se igualmente a descrição rigorosa e exacta de um dos dois torques hispânicos, possivelmente *lusitanos*, que no ano findo deram entrada no Museu Britânico. O ourives Cruz faleceu há anos, e o torques foi herdado por uma sua filha, que supomos reside actualmente na cidade do Porto, senhora que andou a procurar vendê-lo, e que, por sinal, pedia então por ele uma quantia exorbitante. Vendê-lo-ia?...

(24) O Tesouro de Lebução constituído por um torques, duas cabeças de outro e por um bracelete magnífico (Est. VIII, n.º 1), foi adquirido pelo Eng.º Ricardo Severo, que dele deu um excelente estudo na Rev. *Portugália* (Porto, vol. II, 1905-1908, pp. 1-14). Falecido o seu proprietário, a família dele teve a grande generosidade (acto invulgar entre nós) de oferecer essas valiosas peças ao Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Outubro de 1957 (Vide «Uma aquisição preciosa do Museu de Martins Sarmento», *Revista de Guimarães*, Vol. LXVII, 1957, pp. 417 e ss.). Em 1958, o Professor de Arqueologia da Universidade de Sevilla, Dr. António Blanco, deu na *Revista de Guimarães* (Vol. LXVIII, pp. 155-196) um erudito estudo acerca destas jóias, intitulado «En torno a las joyas de Lebução».

E, aqui, podíamos dar por terminada a história do célebre torques de Chaves se não surgisse agora esta dúvida: será ele o mesmo que o Museu Britânico agora adquiriu? Parece que não se tornaria muito difícil averiguá-lo. Não compete porém a nós tal diligência de investigação policial.

A ilustre autora do artigo publicado da Revista barcelonesa «Ampurias» também não escapou a flagrante semelhança dos dois exemplares, pois a pág. 198 escreveu: «Otro ejemplar con decoración semejante y estructura similar procede del lugar de Codeçais». Observação idêntica nos fez, em carta de 21 de Julho do ano findo, o ilustre arqueólogo alemão Dr. Klaus Raddatz, do «Seminar für Ur- und Frühgeschichte», da Universidade de Göttingen.

Quanto a nós, analisadas e comparadas com cuidado as duas gravuras, a da Revista «Ampurias» e a que demos nos «Anais da Faculdade de Ciências do Porto» (Est. II e III), notámos duas diferenças de relativa importância: o aro do torques, na gravura de «Ampurias», apresenta-se mais aberto do que o figurado na gravura dos «Anais», o que não é decisivo para se poder afirmar uma duplicação de peças, pois facilmente, com pequeno esforço, se conseguiria um maior afastamento dos remates terminais do torques e portanto uma maior abertura do aro; e também este pormenor pode ser aparente e resultante apenas de ângulos diferentes com que as duas fotografias teriam sido tiradas.

Há, porém, um outro pormenor, este um tanto mais importante: é que o torques do Museu Britânico mostra na extremidade de um dos remates uma forte amolgadela, que o torques de Chaves não tinha, pelo menos no tempo em que o analisámos e fotografámos.

Finalmente, argumento que nos parece também de considerar para admitirmos porventura a existência de dois torques, embora inteiramente iguais na forma e nos pormenores da ornamentação, está em certas diferenças nas suas dimensões e pesos: a arqueóloga Maria José Almagro regista no seu artigo o diâmetro actual de 123 mm tomado ao círculo que forma o aro de torques, quando é certo que o diâmetro idêntico tomado por nós anteriormente no torques de Codeçais acusa 140 mm. Há aqui uma diferença de 17 mm. Também na extensão dos aros não existe inteira coincidência, embora a diferença não seja grande: Maria José Almagro registou 270 mm; nós verificámos no de Chaves 275 mm. Quanto às cabeças ou

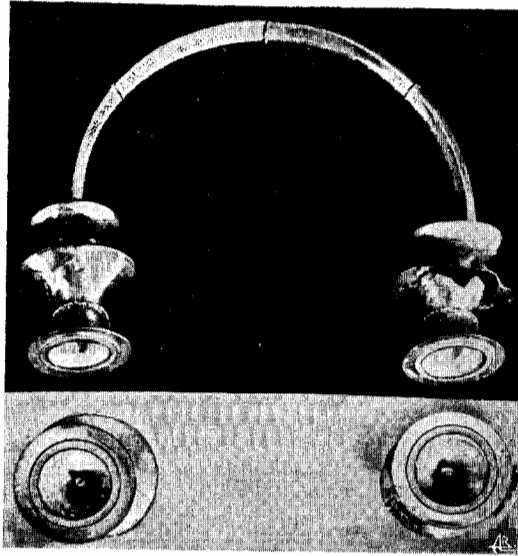
remates em dupla escócia das extremidades, o artigo da «Ampurias» regista: altura total 35 mm, e diâmetro na base 27 mm. No torques de Codeçais verificámos respectivamente 37 e 32 mm.

No peso é que as diferenças se apresentam mais pronunciadas : o torques de Chaves pesava 212,2 gr.; ao torques do Museu Britânico é atribuído o peso de 76 gr. 808,6 mgr. ao aro, e 21 gr. 323,8 mgr. a cada uma das cabeças, o que perfaz um total de 119 gr. 456,2 mgr. para toda a peça. Devemos todavia notar que as medições e pesagens feitas por nós em Chaves utilizando meios de fraca precisão, e portanto com resultados de muito menor aproximação do que os obtidos certamente pela Senhora Almagro no Museu de Londres, podem também ter dado lugar às diferenças acima indicadas.

Serão pois o torques do Museu Britânico e o encontrado em Codeçais um e o mesmo? Para nós a dúvida subsiste.

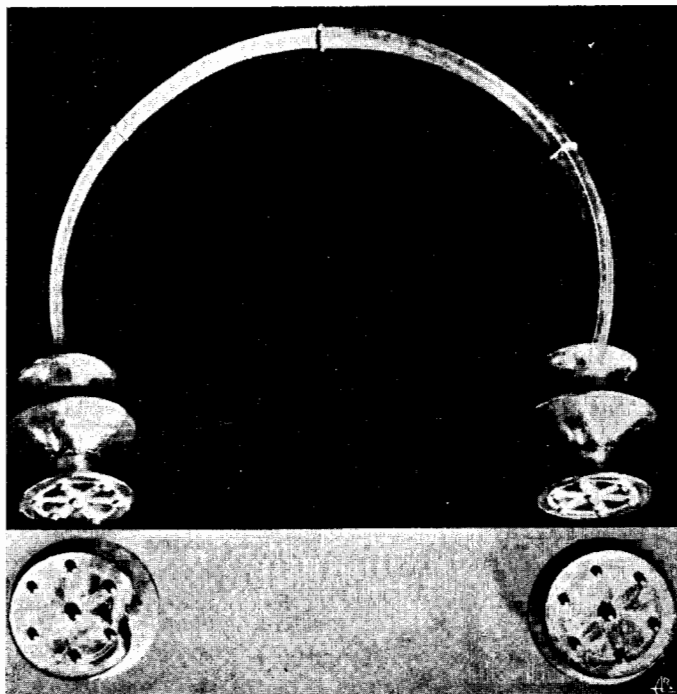
Se na verdade forem dois, todos os indícios nos levam porém a crer que eles saíram da mesma oficina, possivelmente situada nesse antigo aglomerado urbano das termas de *Aquae Flaviae*, mansão da via militar que conduzia a *Asturica Augusta*, para onde convergia o ouro abundantemente extraído das explorações mineiras da região galaica.

Seja como for, esta nova fuga de mais duas magníficas jóias primitivas para o British Museum mostra-nos que é tempo de procurarmos defender, com mais eficácia, o nosso riquíssimo património arqueológico e artístico.

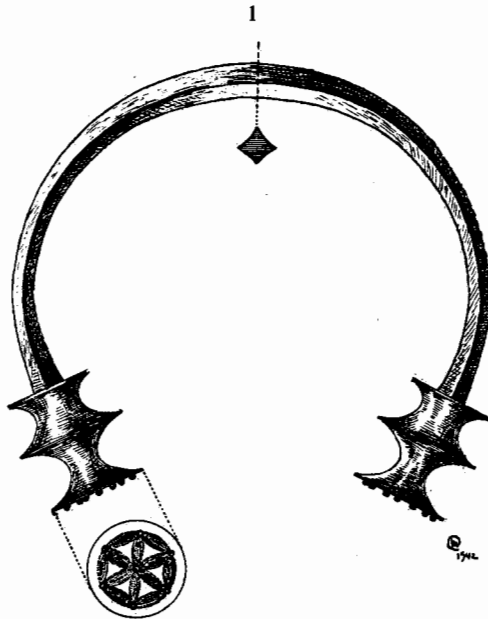
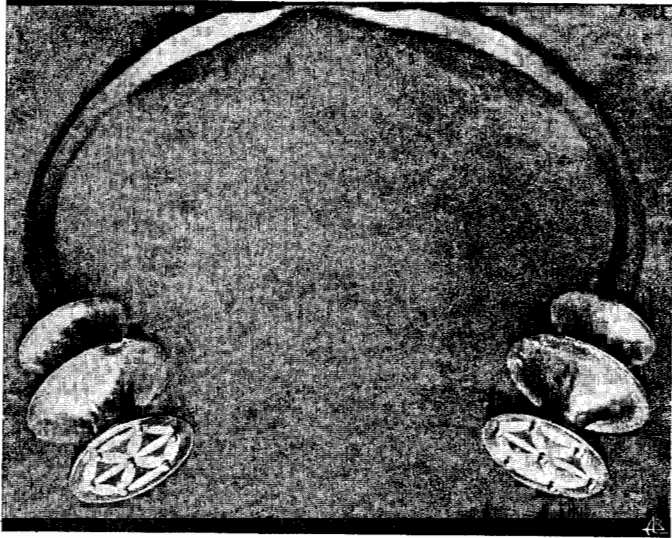


Um dos dois torques de ouro de procedência espanhola, ou, mais provavelmente, portuguesa, recentemente adquiridos pelo Museu Britânico de Londres. De nítida tipologia castreja luso-galaica (séc. I-II A. D.)

Est. II



O outro torques de ouro adquirido pelo Museu Britânico (v. Rev. Ampurias, Barcelona 1962, vol. XXIV, p. 196 ss.). É perfeitamente igual ao achado em Codeçais, Chaves, em 1941 (Comp. com a Est. III).



2

1. O torques de ouro de Codeçais, Chaves, possivelmente o adquirido há pouco pelo Museu Britânico (comp. com a Est. II). Pesa 212,2 gr.; diâmetro interior 140 mm.

Est. IV



O formoso colar de ouro encontrado em Sintra, e actualmente no British Museum, de Londres. Pesa 1.262 gramas; diâmetro 135 mm. Época do Bronze final peninsular.

Esr. V



O magnífico colar de ouro, achado em Portel (Évora), actualmente pertença do Museu francês de Saint-Germain-en-Laye. Pesa 2.300 gramas; diâmetro interior 180 mm. Época do Bronze final peninsular.

Esr. VI



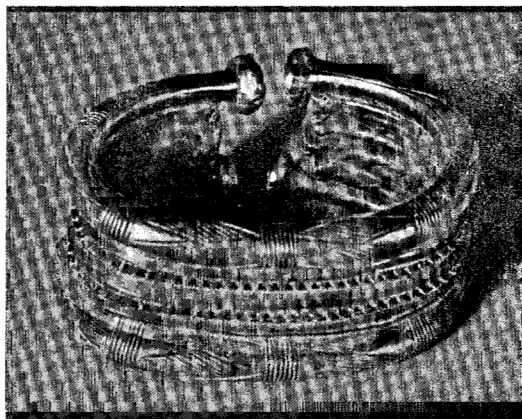
Dois aspectos de bracelete de ouro encontrado nos arredores de Estremoz, actualmente pertença do Museu Arqueológico Nacional de Madrid. É semelhante a outro aparecido em Portalegre e a uma série deles, do mesmo tipo, aparecidos recentemente em Villena (Alicante). Arte ibérica do séc. III-I a. C. Pesa 978,5 gramas; diâmetro 90 mm.



*Uma das interessantes «lúnulas» de prata, do tesouro de Chão de Lamas, actualmente pertença do Museu Arqueológico Nacional de Madrid. O tesouro consta de um torques e fragmento de outro, duas lúnulas, dois vasos, o umbo de um escudo e vários denários. Tudo de prata. Arte celtibérica do séc. III-I a. C.
Diâmetro desta peça: 230 mm.*



1



2

Duas formosas jóias encontradas em Portugal, mas felizmente salvas de extravio, ou de fuga para o estrangeiro: 1.—Bracelete de ouro de Lebução, pertença do Museu da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães). Cultura castreja do séc. I-II A. D. 2.—Bracelete de ouro da Cantonha, freguesia da Costa (Guimarães), actualmente pertença do Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcelos (Lisboa). Época do Bronze final.